

HERÁLDICA

NA VILA DE CASCAIS

MIGUEL METELO DE SEIXAS



HERÁLDICA NA VILA DE CASCAIS

MIGUEL METELO DE SEIXAS

INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Título

HERÁLDICA NA VILA DE CASCAIS

Autor

Miguel Metelo de Seixas

Edição

Câmara Municipal de Cascais – Departamento de Arquivos,
Bibliotecas e Património Histórico

Coordenação

João Miguel Henriques
Maria Conceição Santos

Design gráfico

Pedro Gonçalves
Sara Gonçalves

Impressão

Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

ISBN

978-972-637-337-7

Depósito legal**Tiragem**

500 exemplares

Na capa

Armas reais de Portugal e França no fogaço de sala do antigo quarto da rainha D. Amélia
no palácio da Cidadela | Fotografia de Jorge Figanier Castro

5 SÍMBOLOS COM HISTÓRIA**7 INTRODUÇÃO****10 PRIMEIRA PARTE – ANTES DA CHEGADA DA CORTE**

- 11 Castelo e Paço dos Marqueses de Cascais
- 30 Convento de Nossa Senhora da Piedade | Casas da Gandarinha | Centro Cultural de Cascais
- 40 Fortaleza de Nossa Senhora da Luz
- 44 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção
- 45 Farol de Santa Marta
- 47 Farol da Guia
- 49 Antigos Paços do Concelho
- 76 Santa Casa da Misericórdia de Cascais
- 79 Padrão do Largo Costa Pinto

82 SEGUNDA PARTE – CASCAIS VILA DE CORTE

- 83 Palácio da Cidadela
- 113 Escola-monumento D. Luís I
- 115 Casa Palmela
- 126 Casa Loulé, depois Foz | Hotel Albatroz
- 129 Casa Lancastre, depois Mantero Belard | Hotel Albatroz
- 136 *Chalet* Olivais – Penha Longa, depois Cabral | Farol Design Hotel
- 140 Casa de São Bernardo | Marina de Cascais
- 147 Torre de São Sebastião | Museu Condes de Castro Guimarães
- 169 Casa de Santa Maria
- 173 Casa Eduardo Perestrelo de Vasconcelos | Villa Vasco da Gama
- 176 Casa da Guia

178 TERCEIRA PARTE – DEPOIS DA PARTIDA DA CORTE

- 179 Casa Monte Real
- 181 Casa D. Nuno de Almada
- 189 Casa Arraia
- 191 Casa Vinhais
- 192 Cemitério da Guia
- 194 Paços do Concelho
- 208 Mercado Municipal
- 209 Monumento a Costa Pinto
- 210 Rotunda da Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
- 211 Pilaretes
- 211 Parque Marechal Carmona
- 213 Capitania do Porto | Guarda Fiscal
- 215 Escola Básica José Jorge Letria
- 216 Regimento de Artilharia Anti-Aérea de Cascais
- 217 Marina de Cascais
- 218 Fontanário do Jardim Visconde da Luz
- 220 Museu do Mar Rei D. Carlos

222 CONCLUSÃO**224 AGRADECIMENTOS****226 BIBLIOGRAFIA****245 GLOSSÁRIO****248 ÍNDICE ONOMÁSTICO REMISSIVO**

SÍMBOLOS COM HISTÓRIA

A heráldica, meio de comunicação visual pleno de simbolismo, conquistou ao longo dos séculos uma assinalável representação na vila de Cascais, materializando-se em dezenas de brasões que ainda hoje se preservam nas nossas ruas e edifícios graças à mestria dos artífices e à qualidade dos materiais utilizados.

As pessoas, famílias e instituições que colaboraram na construção de Cascais desde o luminoso dia 7 de junho de 1364, quando D. Pedro I nos concedeu o direito de conduzirmos o nosso destino como comunidade, legaram-nos, assim, através destes por vezes complexos símbolos, testemunhos da sua presença e poder, em edifícios que contam a história coletiva e atestam o vigor da nossa identidade, como sucede com o Castelo, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, o Farol da Guia ou a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

A transformação da vila na praia de banhos favorita da Corte, a partir de 1870, reforçaria esta tradição, assistindo-se desde então à construção de habitações para a aristocracia, em que os emblemas heráldicos se apropriariam simbolicamente do espaço, para expressar a posição social dos seus proprietários. Seguir-se-ia, depois da implantação da República, a ascensão da heráldica institucional, protagonizada pelo Município.

É ao estudo da heráldica e da sua relação com a evolução da vila que se dedica esta obra inédita do Prof. Doutor Miguel Metelo de Seixas, que a Câmara Municipal de Cascais apoiou desde o primeiro momento e tem agora o prazer de editar. O nosso muito obrigado ao autor pela concretização de tão importante projeto para a defesa do nosso património, que nunca nos cansaremos de promover.

Cá estaremos para levar cada vez mais longe os valores representados no brasão das nossas gentes, marcado pelo mar e pelas redes de pesca, que atestam origens humildes e honradas, mas também pelo rochedo e pelo castelo, que traduzem a robustez e perseverança de uma comunidade com mais de 660 anos de história!



Carlos Carreiras

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Introdução

Desde os primórdios medievais, Cascais foi praça de armas e porto de pesca com forte ligação às terras interiores. Em redor destas duas condições cresceu a vila durante séculos, povoado piscatório e escoadouro para o seu alfoz, rico em produção hortícola, medrando à sombra da fortaleza e do paço dos seus senhores. Mas o século XVIII marcou um ponto de viragem nesta história centenária, quer pela perda relativa da importância estratégica, quer pelos efeitos desastrosos do terramoto de 1755. Quase um século depois, em 1874, Pinho Leal resumia a situação deste modo: “Se a praça de Cascaes era uma das mais importantes de Portugal pela sua situação, não acontecia o mesmo á villa, a quem os terremotos, os saques e outras causas tinham muito damnificado. O que apenas dava vida a esta povoação eram os tres conventos, e, sobretudo, o ser quartel do 19.º regimento de infantaria e da numerosa guarnição da praça e fortes. Em 1834, que tudo isto acabou, sofreu Cascaes um golpe quasi mortal. Chegou a tal decadencia que mais parecia aldeia que villa. As casas eram demolidas para se lhes venderem os materiaes. Muitas se foram desmantelando e reduzindo a montões de entulho. Vendia-se aqui uma casa por menos do que em tempos anteriores rendia por anno”¹. [Fig. 1]



1 – Panorâmica da vila de Cascais , c. 1860 | [AHMCSC/AESP/CMES/663]

¹ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1874, vol. II, p. 159.

Mas no decurso da publicação do seu *Portugal Antigo e Moderno*, o panorama sombrio traçado por Pinho Leal nas linhas anteriores já se havia alterado. Na verdade, existiam condições à partida desfavoráveis que se revelaram, afinal, inesperadamente propícias ao renascimento da vila, como o abandono, o relativo isolamento, o baixo preço dos terrenos e das casas, o desmantelamento da praça. Somadas, é certo, a algumas condições vantajosas que, essas, se mantinham: a proximidade da capital do reino e a forte ligação com o mar. Estas condições conjugaram-se com factores estruturais próprios do século XIX: o crescimento urbano generalizado, mas com especial incidência na capital; o aumento também do peso do Estado, o desenvolvimento de uma burguesia urbana, a alteração radical nas formas de encarar o tempo de lazer. E, por fim, claro, a actuação da própria família real e dos cortesãos que gravitavam em redor dela, que estimularam uma profunda alteração dos hábitos de sociabilidade. Por todas estas causas profundas e circunstanciais, Cascais tornou-se local de vilegiatura da corte portuguesa.

O que veio a moldar, até ao presente, a configuração da vila, antes de mais pelo impacto arquitectónico e urbanístico. Mas também do ponto de vista social. A implantação de uma elite - na qual, em traços gerais, a aristocracia de corte se fundiu com a plutocracia financeira - ditou a criação de uma bitola comportamental, consubstanciada na aquisição de códigos sociais partilhados e distintivos. Sobreleva o papel que neste domínio desempenharam o espaço (entendendo-se espaço geográfico, mas também espaços arquitectónicos), as práticas sociais (nomeadamente as formas de vilegiatura, de lazer e de desporto, os círculos de sociabilidade) e as formas de auto-representação (desde o vestuário até à pintura, passando por muitas outras modalidades). Em todos estes campos, a heráldica afirmou-se como instrumento privilegiado de auto-representação, de comunicação social, de integração num grupo social e de exclusão dos que este mesmo grupo não reconhecia como iguais ou, pelo menos, integráveis. Ao mesmo tempo, a heráldica constitui um código cujo uso ultrapassa em muito o reconhecimento oficial: desde a origem, na verdade, é um sistema em que a escolha dos emblemas é feita fundamentalmente pelos próprios detentores e não por uma autoridade.

E é um código de natureza complexa, amiúde escamoteada em favor de uma simplificação grosseira, segundo a qual os emblemas válidos são aqueles que a autoridade heráldica competente reconhece como tais, formando os demais um fenómeno marginal. A realidade afigura-se, até certo ponto, oposta: os emblemas assumidos constituem um fenómeno muito mais antigo do que os emblemas concedidos por uma autoridade. E, conseqüentemente, também o espectro dos utentes deste código revela uma transversalidade insuspeita: desde a alta nobreza (antes do século

XIX, eram raríssimos os casos de titulares que tivessem obtido as suas armas do soberano; quando muito, obtinham acrescentamentos honrosos para adicionar às suas armas antigas) até à fidalguia, à pequena nobreza, às câmaras municipais, aos eclesiásticos, às instituições religiosas, às empresas etc., a heráldica era usada por um universo muito mais vasto do que à partida se pensa.

Tal espontaneidade e transversalidade fizeram com que a heráldica se revelasse capaz de sobreviver ao período revolucionário do século XIX, adaptando-se à sociedade de consumo de massa e de desenvolvimento urbano: daí a proliferação da heráldica comercial (quer como fornecedores da Casa Real, quer como ostentadores de heráldica própria dos produtores, quer ainda como criações *ex nihil* de heráldica assumida), da heráldica associativa (com destaque para o desporto, e em particular para o futebol, mas com expressão igualmente entre as associações culturais e recreativas), da heráldica institucional, mas também da heráldica imaginária e literária, entre outras.

Esta mesma capacidade de sobrevivência e de reinvenção verificou-se no século XX, que foi o da institucionalização da heráldica, com uma intervenção cada vez mais forte do Estado, em múltiplas áreas: municipal, corporativa, ultramarina, militar. Este segundo tempo da contemporaneidade heráldica teve igualmente voz em Cascais: da heráldica da corte e das camadas dominantes, passou-se então para a heráldica das instituições que ocupam espaço na vila. É este código antigo e complexo, capaz de se moldar às circunstâncias tão radicalmente diferentes dos tempos hodiernos, que se analisará no presente livro.

O quadro conceptual acima enunciado ditou a organização da obra. Não como mero roteiro, antes como procura de reconstituição de um processo de apropriação simbólica do espaço urbano para efeitos de afirmação de grupos sociais, de identidades culturais, de realidades institucionais.

Por isso, o presente livro entende-se como um percurso ditado não pela lógica geográfica, mas pela coerência sócio-cultural. Vai organizado por fases heráldicas, o mesmo é dizer pela sucessão de agentes sociais que deixaram este género de marcas no território cascalense, de modo a destacar como os seus sinais funcionaram de maneira integrada e complementar, formando um sistema. Evidenciando também, necessariamente, as operações de apagamento ou de adulteração a que os mesmos sinais foram, por vezes, submetidos - voluntária ou involuntariamente.

Assim sendo, o ponto de partida do livro não poderia ser outro que os escassos vestígios de heráldica pré-oitocentista, para depois a eleger como ponto de partida para o mais extenso périplo pelos exemplares dos séculos XIX e XX.

PRIMEIRA PARTE

—+ ANTES DA CHEGADA DA CORTE —+

CASTELO E PAÇO DOS MARQUESES DE CASCAIS

Pouco se sabe do que seria a heráldica presente na vila de Cascais antes do século XIX: quanto resistiu ao terremoto de 1755, raramente sobreviveu às demolições posteriores. Mas pode pressupor-se a quem pertenceriam os sinais semeados pela povoação. Viriam em primeiríssimo lugar as armas reais, que não poderiam faltar nem no antigo castelo, nem nas modernas fortificações que lhe sucederam, nem ainda nas igrejas colocadas sob padroado régio. Haveria, em segundo lugar, a heráldica própria dos senhores da vila, que dela chegaram a ostentar o título de marquês. Não faltariam outrossim alguns exemplares de armas de famílias de alguma importância local, que assim tratariam de identificar as suas casas nobres e eventuais capelas sepulcrais². Também se observariam alguns sinais heráldicos de fundações religiosas que na vila tinham casas suas, quer se tratasse de cenóbios, quer de instituições de assistência social. Quanto ao município, desconhecem-se as armas de que usaria em períodos recuados, mas, atendendo aos costumes heráldicos coevos, tudo indica que ostentaria as insígnias dos seus senhores donatários, como adiante se verá – subordinadas, sempre, às armas do reino, de forma a evidenciar que todo o exercício de poder se fazia em nome do soberano.

Do pouco que se conserva da heráldica primitiva cascalense, talvez o exemplar mais antigo – e certamente o mais importante – seja o da pedra de armas que resta do castelo. Ao descrever a então chamada Calçada da Assunção (agora Rua Marques Leal Pancada), Alberto Pimentel apresentava-a como “umas das ruas historicamente mais notáveis de Cascaes, e ainda hoje a nobilitam alguns vestígios heráldicos de sua passada grandeza”³. E citava expressamente o caso único desta pedra de armas dos Castros, senhores de Cascais: “quem gostar de contemplar pedras velhas pode observar, na muralha que corre a um dos lados da calçada, um persistente exemplar das seis arruellas dos Castros e também uma pequena setteira, que deveria servir para tiros de arcabuz”. E logo vaticinava o destino quase certo de tal relíquia do passado face ao turbilhão de renascimento que a vila então atravessava: “Mais alguns annos volvidos e as arruellas e a setteira terão desaparecido de vez”⁴. Também Branca de Gonta Colaço e Maria

2 O mais notável destes edifícios é o solar da família Falcão, que incluía de facto uma capela anexa “jazigo desta nobre Família” e “vinculo de Morgado”, conforme revela o pároco de Nossa Senhora da Assunção na sua resposta ao inquérito que ficou conhecido pelo nome de “Memórias Paroquiais”. CARVALHO, António (coord.), *Cascais em 1755. Do terremoto à reconstrução*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005, p.148.

3 PIMENTEL, Alberto, *Cascaes*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2000, p. 30 (texto inicialmente publicado no livro *Sem Passar a Fronteira*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1902).

4 PIMENTEL, *Cascaes...*, cit., p. 31.



2 – Pedra de armas do sítio do Castelo
Fotografia de Jorge Figanier Castro

Archer se referiram de forma evocativa a esta mesma pedra de armas: “O que resta do castelejo ainda hoje se pode ver numa rua empinada, na parte velha de Cascais. Paredes caiadas de amarelo, limpas, que lembram chitas lavadas. Servem de abrigo a famílias pobres. O brasão dos Castros, o de seis arruelas azues em campo de prata, que era o usado pelos marqueses de Cascais, figura ainda ao alto de um dos portões. O brasão de Inês de Castro...”⁵. [Fig. 2]

E, de facto, encaixado num sobrevivente pano da muralha do castelo, lá avulta, ao arripio do presságio de Alberto Pimentel, um escudo modesto com as seis arruelas dos Castros. Famílias pobres, essas, já as não deve haver por ali: a valorização imobiliária tratou de as expulsar. Quanto à configuração deste trecho do castelo, basta observar porta e muralha para compreender

que tudo foi muito mexido desde que o terremoto arruinou a antiga construção. Aproveitando as fortes estruturas subsistentes, um casario desconexo foi tomando conta dos espaços, adossando-se-lhes, sobrepondo-se-lhes, galgando-os, aproveitando-lhes as pedras já talhadas. Só com esforço – e alguma imaginação – se reconhece, por isso, a torre em que a pedra de armas está engastada.

Guilherme Cardoso e João Pedro Cabral apontam, contudo, a presença da pedra de armas como prova da importância desta torre e da respectiva porta: “essa porta (a grande) como se vê na planta de Tercio, ficava na chamada torre porta que dava para a hoje R. Marques Leal Pancada, que ainda existe se bem que a porta tenha sido emparelhada há muito. Será, por certo, o facto de se tratar da porta principal, a razão do escudo dos Castros, encimado com a esfera armilar, conferindo um ar de dignidade e identificando o senhorio a quem entrasse na vila. Apesar de ter sofrido intervenções modernas, a torre apresenta como peças autênticas as seteiras e o escudo referenciado.”⁶

Como se vê, estes autores usaram a pedra de armas como indício (não exclusivo) da vetustez do conjunto em que ela se insere. Mas algumas questões devem ser levantadas em relação à sua autenticidade. Desde logo, porque há diversos indícios de que o arranjo actual não corresponde ao primitivo. Estranha-se, à partida, a ausência de elementos exteriores ao escudo: se é certo que os senhores de Cascais usavam as armas plenas de Castros (ditos *de seis arruelas*, como adiante veremos), o normal seria que sobrepusessem ao escudo um coronel expressivo da sua dignidade nobiliárquica

5 COLAÇO, Branca de Gonta; ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943, p. 332.

6 CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro, “Apontamentos sobre os vestígios do antigo castelo de Cascais”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, n.º 7, 1988, p. 87.

(fosse o coronel de senhor donatário, de conde ou de marquês, conforme a fase de ascensão nobiliárquica em que esta família se achasse⁷) e que o completassem com algum elemento decorativo próprio do gosto da época (designadamente uma cartela sotoposta, como se via quase sempre nas armas das famílias titulares).

Mais estranhável ainda é o posicionamento relativo do escudo e da esfera armilar que o encima. Esta encontra-se desalinhada em relação ao escudo, com um hiato entre eles. Nunca esta composição seria possível em época alguma, já pelo desconchavo do conjunto, já pela óbvia falta de elementos complementares.

O que não invalida que tivesse existido, em tempos, outro arranjo que incluísse o escudo dos Castros e a esfera armilar... Com efeito, nos castelos e nas povoações que o rei entregava em senhorio a determinada família da nobreza, o costume era que os espaços e construções relevantes – como portas, torres, fontes, pelourinho – fossem ornamentadas com uma composição heráldica em que as armas desta família apareciam em nítida subordinação às armas (e eventualmente à empresa) do soberano. Neste caso, a presença da esfera armilar fornece uma datação concreta, uma vez que ela foi empresa do rei D. Manuel I e de seu filho D. João III. Se esfera e escudo forem coevos, datam, portanto, da primeira metade do século XVI (com maior precisão: do início do reinado do primeiro soberano, em 1495, à morte do segundo em 1557). Como seria, nessa época, semelhante composição heráldica? Pode ver-se, por exemplo, a pedra de armas do castelo de Óbidos, em que o escudo dos alcaides-mores Noronhas se encontra encimado pelas armas reais e ladeado por duas esferas armilares⁸. A comparação com o caso obidense revela-se interessante para a pedra de Cascais por outro motivo ainda: se as armas reais se encontram ali representadas com aparato de elmo, coroa, timbre e paquife, já as dos alcaides se exibem num escudo simples, desprovido de qualquer elemento exterior. O que abalizaria, assim, a simplicidade do escudo cascalense.



3 – Pedra de armas dos alcaides-mores do castelo de Óbidos
Fotografia de João Bernardo Galvão-Telles

7 SOUSA, Maria José Pinto Barreira Rego, *Cascais 1900*, Lisboa, Inapa, 2003, p. 30, data a pedra de armas do tempo do senhorio e não do marquesado de Cascais fundamentando-se nos usos heráldicos atribuídos a estes Castros por D. António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

8 SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, “A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica”, in *Casa Nobre – Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 125-174.



4 - Pedra de armas dos marqueses de Cascais, hoje conservada no parque das termas de Caldelas | Fotografia de João Abel Machado de Freitas Sousa

desconhecida, adquirido pela Junta de Turismo de Caldelas e conservado no parque das termas desta vila: em tal pedra deslocada, o escudo dos Castros *de seis* apresenta formato próximo do da pedra de Cascais (mas com a ponta em bico recurvado), estando, porém, assente sobre uma cartela graciosa e encimado por um coronel de marquês, ambos bem estilizados⁹.

Igualmente inusitada é a qualidade da realização artística do exemplar cascalense. Comparando mais uma vez com a pedra de Óbidos, verifica-se que, nesta, as armas dos Noronhas, embora representadas sem qualquer ornamento exterior, foram objecto de cuidadoso tratamento gráfico: as figuras, delineadas com finura, preenchem os campos com notável equilíbrio, realçadas pela ligeira convexidade do escudo. No caso dos Castros, é certo, a simplicidade geométrica das figuras daria pouco azo a tratamento similar; mesmo assim, as arruelas estão desproporcionadas em relação ao campo, parecendo boiar no espaço delimitado pelo grosso bordo. Basta comparar com os magníficos escudos do túmulo de D. Inês de Castro em Alcobaça para perceber como o artífice da pedra de Cascais não foi capaz de imprimir a estas armas algum tipo de beleza hierática. Encurtando razões, trata-se de uma realização fruste.

Demasiado tosca, certamente, para figurar num lugar de honra como era a porta do castelo cujo senhorio se queria assim evidenciar. A que conclusão se pode, então, chegar? Em primeiro lugar, deve assinalar-se que ambas as partes da composição heráldica hoje existentes - escudo de Castros e esfera armilar - deviam integrar-se num arranjo mais vasto, que compreenderia a própria emblemática régia: as armas dos senhores de vilas e castelos costumavam ser figuradas em conjunto com as do rei,

⁹ NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da, *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga - vol. III - Concelhos de Terras de Bouro e Amares*, Braga, Junta Distrital de Braga, 1973, p. 136.



5 - Espectadores na Praia da Ribeira e Passeio Rainha Maria Pia, por ocasião de regata. Ao fundo, a cidadela e as ruínas do palácio dos marqueses de Cascais, na avenida D. Carlos I, c. 1900 [AHMCSC/AFTG/CAM/A/076]

eventualmente com a empresa dele, ficando aquelas sempre subordinadas a estas. Em segundo lugar, o escudo estaria provavelmente colocado noutra local menos visível e honroso que a porta do castelo: é crível que, na sequência das amplas demolições operadas no século XIX, ambas as pedras tenham sido recuperadas e engastadas no que restava da muralha para que não ficassem perdidas para sempre. A menos que se trate de uma recriação oitocentista - hipótese pouco provável, contudo, quer pelas invulgares escolhas formais, quer pela ausência de qualquer notícia a tal respeito.

Estabelecido este enquadramento heurístico, cabe perguntar: como se explica historicamente a presença das armas dos Castros no que resta hoje do castelo de Cascais? Nos tempos medievais, era costume os reis concederem alcaidarias de castelos, amiúde a par com o senhorio das vilas respectivas, a membros da nobreza. Situada num ponto estratégico para o controlo da barra do Tejo, Cascais não escapou a tal costume, sobretudo quando a sobrevivência estratégica do reino, a partir do século XIV, se ligou de forma cada vez mais intensa ao domínio do mar. Assim, a primeira doação do castelo e lugar de Cascais foi feita a favor de Gomes Lourenço do Avelar a 8 de Abril de 1370; sucederam-lhe D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Seia, e depois Sancho Gomes do Avelar, filho do primeiro¹⁰. Mais notório foi o quarto donatário: mestre João Afonso de Aregas, conhecido como “doutor João das Regras”, chanceler de D. João I, que por carta

¹⁰ ANDRADE, Ferreira de, *Cascais vila da corte: oito séculos de história*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, pp. 19-24.

régia de 14 de Novembro de 1386 recebeu também o contérmino reguengo de Oeiras¹¹. Foi este donatário o mais relevante para a continuidade genealógica do senhorio, uma vez que, a partir de então, este permaneceu sempre na mesma família (embora não na descendência directa do mestre João Afonso, como se verá de seguida). O novo donatário foi casado com D. Leonor da Cunha, filha do fidalgo Martim Vasques da Cunha, de quem teve uma única filha, chamada D. Branca da Cunha. Foi esta senhora donatária de Cascais após a morte de seu pai, por carta régia de 8 de Maio de 1397, casando-se em 1408 com D. Afonso, filho ilegítimo de D. João, este por sua vez filho do rei D. Pedro I e D. Inês de Castro. Aquele D. Afonso, senhor de Cascais por casamento, tomou da terra o apelido, assinando-se *D. Afonso de Cascais*¹². Tal procedimento explica-se por questões dinásticas e políticas: D. Afonso era inquestionavelmente neto de rei, mas as circunstâncias extraordinárias da união entre D. Pedro e D. Inês, sobre a qual pairava a dúvida se seria lícita ou não, faziam com que seu pai D. João fosse por uns considerado filho legítimo (e, portanto, infante de Portugal) e por outros, mero bastardo régio. Na época em que D. Afonso se casou com a senhora donatária de Cascais, tal dúvida não podia ter lugar. As cortes reunidas em Coimbra em 1385, na sequência da vitória de Aljubarrota, haviam determinado que os filhos de D. Pedro e D. Inês não reuniam condições para suceder na Coroa, preferindo-lhes outro filho ilegítimo do mesmo rei: D. João, mestre da ordem de Avis, que assim se tornou D. João I. Assim se explica que, conforme o costume da época, D. Afonso tivesse necessidade de adoptar um sobrenome, assinalando-se como iniciador de uma linhagem nobiliárquica própria. Nada mais natural que a sua escolha de tomar para apelido o nome da vila de que era senhor.

Não foi D. Afonso, contudo, inteiramente bem-sucedido na sua propensão de genearca. Do seu casamento com D. Branca da Cunha houve apenas um filho varão, D. Pedro, que faleceu sem descendência. Gorou-se, portanto, o projecto de criação de uma Casa cujos senhores ostentassem o apelido *de Cascais*. Com a morte de D. Pedro, o senhorio de Cascais foi renovado pelo rei D. Duarte por carta de 30 de Maio de 1436 na pessoa de D. Isabel da Cunha, igualmente filha de D. Afonso. Tornou-se D. Isabel, assim, sexta senhora de Cascais. A nova senhora de Cascais casou com D. Álvaro de Castro, que entroncava igualmente no mesmo ramo dos Castros *de seis arruelas*, pois descendia de D. Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, irmão de D. Inês. Esta designação de *Castros de seis* foi tradicionalmente atribuída à necessidade de diferenciar heraldicamente este ramo da linhagem, de origem ilegítima, do ramo legítimo, que trazia por armas um escudo de ouro com treze arruelas de azul. Mas Francisco de Simas Alves de Azevedo veio mostrar que se conhecem exemplos do uso de ambas as versões em ramos legítimos e ilegítimos: provavelmente, a forma com treze arruelas seria a mais antiga, sendo a de seis criada para individualizar os ramos que a trouxeram desde o século XIV¹³.

11 ABRANTES, D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, Marquês de, *Apointamentos sobre um Senhor de Cascais. Mestre João Afonso, chanceler do rei D. João I*, Cascais, separata do Arquivo de Cascais, vol. I, 1980, pp. 90-120; e ANDRADE, Cascais vila de corte..., cit., p. 29. Sobre o túmulo armoriado de mestre João Afonso na igreja de São Domingos de Benfica, veja-se também PEREIRA, Gabriel, *Pelos subúrbios e visinhanças de Lisboa*, Lisboa, A. M. Teixeira & Cia., 1910, pp. 9-15.

12 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., pp. 45-46.

13 AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, "Meditações Heráldicas - VII - Castros de 13 e Castros de 6, porquê?", *Armas e Troféus*, 2ª série, tomo IV, nº 3, 1963, pp. 270-274.

O novo senhor de Cascais, D. Álvaro, detinha vasto património material e simbólico: herdara de seu pai, D. Fernando de Castro, os senhorios das vilas de Ançã e São Lourenço do Bairro, o do Paul do Boquilobo, e a alcaidaria-mor da Covilhã¹⁴. Muito próximo do rei D. Afonso V, D. Álvaro recebeu deste outras vastas doações, que incluíam os senhorios de Castelo Mendo, Póvoa d'el-Rei, Vila Franca, Bouça, bem como os cargos de fronteiro-mor de Lisboa e da Covilhã e o ofício áulico de camareiro-mor. A sua portentosa carreira de guerreiro e cortesão atingiu o ápice com a doação da vila de Monsanto e do respectivo título condal em 1460.

Nas terras adjacentes ao seu senhorio, no sítio da Penha Longa, fundaram D. Álvaro e D. Isabel de Castro em 1431 o primeiro mosteiro de frades jerónimos que houve em Portugal, onde erigiram uma capela funerária para si e para a sua descendência, que assim se vinha substituir, em tal uso, à que os antepassados de D. Álvaro haviam criado na igreja de São Domingos de Lisboa¹⁵. Este género de fundação pia era então usual entre a primeira nobreza do reino. Respondendo decerto à religiosidade característica da época e do meio, a instituição destes cenóbios ligava-se também de forma íntima com a própria ideia de linhagem nobre. Com efeito, a construção da memória colectiva das linhagens tardo-medievais prendeu-se com o aparecimento de duas instituições que a diversos títulos foram usadas nesse sentido: as capelas fúnebres e os vínculos patrimoniais. As primeiras encontravam-se directamente ligadas quer às aspirações espirituais de salvação das almas, quer ao desenvolvimento do conceito jurídico das "almas herdeiras". O fenómeno, complexo e aliciante, foi estudado por Maria de Lurdes Rosa, que salientou a necessidade de ultrapassar as nossas ideias pré-concebidas para compreender como, na sociedade medieval, a dimensão sobrenatural desempenhava um papel efectivo na construção da ordem social e jurídica: "Os princípios que a elas [capelas] presidem são muito diversos dos «modernos»: crença numa temporalidade sem fim previsto, mas na qual se jogava uma relação dinâmica, a salvação; crença na necessidade de inverter a relação com os bens materiais para obter a verdadeira riqueza; crença no poder do sacrifício ritual e da oração; crença, enfim, na eficácia dos castigos divinos. [...] As instituições de sufrágio por alma tornam-se assim legalmente organismos vivos, embora não humanos, e sobre os quais os homens operam com fortes restrições; organismos esses que funcionam para a sobrevivência do princípio anímico."¹⁶

Assim, para uma plena compreensão do sentido e da operacionalidade das capelas fúnebres, é mister abordá-las enquanto fenómeno dotado de dimensões complexas: legais (tanto ao nível do direito canónico como cível), administrativas, económicas, sociais, mas também culturais, espirituais, religiosas. Na intersecção entre o mundo dos vivos e o dos mortos, as capelas fúnebres formavam um elo essencial

14 Sobre a criação e património da Casa de Monsanto, veja-se FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* (introdução de Luís Bivar Guerra), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, vol. I, pp. 67-70.

15 FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra ...*, cit., p. 69, dá ampla notícia dos sepultamentos da igreja de São Domingos e da respectiva heráldica. Sobre a Penha Longa, veja-se SOUSA, Tude M. de, *Mosteiro e Quinta da Penha Longa em Sintra*, Sintra, Gráfica de António Medina Júnior, 1947.

16 ROSA, Maria de Lurdes, *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012, p. 53.

para a afirmação da consciência e da unidade da linhagem, bem como da sua relação privilegiada com a salvação da alma.

O segundo instrumento de construção da identidade linhagística residiu numa instituição jurídico-administrativa destinada a garantir a indivisibilidade e inalienabilidade do património, permitindo e estimulando assim a sua transmissão e acrescentamento dentro do esquema das linhagens verticais: o morgadio¹⁷. Como salienta a mesma autora, também o morgadio deve ser entendido não apenas nas suas vertentes patrimoniais e administrativas, que de facto facultavam a concentração dos bens nas mãos do chefe da família, mas ainda em todo um conjunto de preceitos e de práticas simbólicas que lhe estavam associados e que fortaleciam a criação e a perpetuação da consciência de família. Tais preceitos e práticas passavam pela construção de uma imagem idealizada dos fundadores; pela insistência em determinadas conjugações de nomes próprios e a fixação e exclusivo no uso do apelido apontado pelos instituidores; pela referência a determinados espaços, com especial incidência, do ponto de vista profano, nas casas alçadas a “cabeça de morgado” e, do ponto de vista religioso, nos locais de sepultamento; e, por fim, pela obrigação de uso das armas determinadas pelo instituidor e a partir de então associadas de forma permanente ao respectivo apelido.

O facto de determinada família deter, ao fio de gerações sucessivas, um conjunto patrimonial relativamente estável, a que se juntava o exercício de títulos e cargos hereditários prestigiosos (e eventualmente lucrativos) e a capacidade de sepultamento em capela funerária própria, criava um sentido de unidade da linhagem e evidenciava a sua capacidade para se perpetuar no tempo. Deste modo, pode dizer-se que o casal formado por D. Álvaro de Castro e D. Isabel da Cunha logrou construir uma identidade linhagística que haveria de ser bem-sucedida, pois perpetuou-se até ao final do Antigo Regime. Tal identidade repousava sobre a posse e administração de um conjunto significativo de bens, muitos dos quais de natureza vincular (entre os quais avultavam os morgados de São Mateus e de Santo Eutrópio, em Lisboa); sobre a detenção hereditária de um título nobiliárquico (conde de Monsanto), de senhorios (Cascais, Lourinhã, Ançã, São Lourenço do Bairro, Paul do Boquilobo), de cargos militares (frontaria-mor de Lisboa e da Covilhã) e áulico (camareiro-mor); e, por fim, sobre o padroado de um mosteiro (Penha Longa) no qual se inseria a capela sepulcral da linhagem.

Em todos os locais abrangidos por esta construção identitária, que integravam o conceito de *Casa*, a heráldica desempenhava papel de relevo. As armas funcionavam, em primeiro lugar, por via das suas manifestações plásticas: elas exprimiam-se de forma concreta, actuando como objectos visuais capazes de transmitir aos observadores não apenas a identificação da linhagem, mas também uma série de outros conceitos relacionados (e cujo significado variava conforme a natureza e o local da manifestação e, bem assim, conforme o ponto de vista dos observadores). Em segundo lugar, as

17 Veja-se, por todos, ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995. É possível estabelecer um paralelo com recursos similares de concentração de património e construção de memória linhagística existentes na restante Península Ibérica, em particular o *mayorazgo* castelhano. Veja-se MENÉNDEZ PIDAL, Faustino, *La Nobleza en España: ideas, estructuras, historia*, Madrid, Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2008, pp. 179-195; e BECEIRO-PITA, Isabel; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo, *Parentesco y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, CSIC, 1990.

armas constituíam uma abstracção, patente no respectivo ordenamento heráldico que então começava a estar presente nos documentos de instituição de vínculos: tal como existia um conceito abstracto da linhagem, no qual se inseriam todos os indivíduos que a compunham ao longo das sucessivas gerações, assim também começava a haver a ideia de um ordenamento heráldico abstracto, identificativo da linhagem, que sintetizava e abrangia todas as manifestações concretas das armas¹⁸.

Em todas estas circunstâncias, a heráldica desempenhava uma função que se pode qualificar de *performativa*: pela sua presença, as armas accionavam um conjunto de direitos de natureza múltipla, que incluíam aspectos tão variáveis como o exercício de poderes militares, administrativos e judiciais, a cobrança de determinados rendimentos, a afirmação de propriedade, a chamada de atenção para a relevância simbólica de determinados edifícios (nomeadamente aqueles que funcionavam como *cabeças de morgados*) ou mesmo, no caso das capelas sepulcrais, uma ligação com o mundo sobre-humano. Deste modo, todos os locais e edifícios que se ligavam à Casa dos Castros senhores de Cascais exibiam impreterivelmente as armas da linhagem. Assim aconteceria com o castelo de Cascais e o mosteiro da Penha Longa, mas também com o castelo de Lisboa ou o amplo palácio que a família detinha nesta mesma cidade, situado entre o Borratém e o Rossio¹⁹. Palácio tanto mais prestigioso quanto, para além da grandeza das suas dimensões, continha em seu núcleo primitivo a primeira albergaria que teria sido fundada em Lisboa, na sequência da reconquista cristã da cidade em 1147, por Paio Delgado²⁰.

A partir do casal fundador do cenóbio da Penha Longa, a sucessão da vasta Casa, incluindo o senhorio de Cascais, permaneceu na família, transitando para D. João de Castro, segundo conde de Monsanto, que teve as honras de ser tratado como sobrinho do rei e serviu de alferes-mor (e, como tal, segurou a bandeira real) na aclamação de D. Manuel I²¹. Como D. João de Castro não teve descendência, a Casa foi renovada em sua irmã D. Joana, casada com D. João de Noronha, dito *o Dentês*, filho dos segundos condes de Vila Real. A mudança de varonia poderia ter significado que a ascendência Castro ficasse daí em diante obliterada em favor da progénie Noronha (também esta de dupla ascendência régia, portuguesa e castelhana, por via ilegítima). Mas não foi assim. Os sucessores na Casa continuaram a ostentar o nome e as armas de Castro:

18 Sobre esta relação entre as dimensões abstracta e concreta das armas, cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELES, João Bernardo, “«E tragam as armas direitas dos Costas em todos os lugares, e peças». O património armoriado dos Costas: uma estratégia de comunicação?”, in ROSA, Maria de Lurdes (coord.), *Dom Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII. Poder, arte e devoção*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais / Centro de História de Alentejo / Caminhos Romanos, 2013, pp. 319-342.

19 SEIXAS, Miguel Metelo de, “Heráldica no castelo de São Jorge”, in AMARAL, Maria Antónia Athayde (coord.), *Lisboa: o Rio, o Castelo e a Cidade. Estudos*, Lisboa, EGEAC, 2023, pp. 89-120. António Coelho Gasco pôde observar e registar a existência de uma lápide funerária de um Castro na igreja de Santa Cruz, junto ao castelo de Lisboa, “com suas armas de seis arruelas com espada larga debaixo d’ellas, com sua lança com pendão cortado pelo meio, signal de ser pessoa de grande título”, infelizmente anepígrafa e entretanto desaparecida. *Apud* CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais* (2.^a edição, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, vol. IV, pp. 25-26. Sobre as práticas funerárias na igreja de Santa Cruz do Castelo e a respectiva colegiada, consulte-se MARTINS, Fernando, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*, Porto, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

20 CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais* (2.^a edição, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935, vol. III, pp. 92-148.

21 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., p. 57-58.

estas sempre plenas, ou seja, sem misturá-las com quaisquer outras; aquele continuamente acrescentado com outros, em conformidade com a incorporação de património material e simbólico por via matrimonial. A escolha exemplar que assim privilegiava a ascendência Castro em detrimento das demais pode explicar-se pelo enquadramento institucional e mental atrás referido: importava (ou seria mesmo compulsório, no caso do património vinculado) manter a memória dos fundadores por via da conservação exclusiva da sua heráldica (e da conservação não-exclusiva da sua onomástica). Esta seria uma condição imprescindível para suceder na Casa, como refere explicitamente o contrato de casamento entre D. Joana de Castro e D. João de Noronha²².

Tal relação intrínseca entre heráldica, património (material e imaterial) e identidade linhagística reflectiu-se, outrossim, na caracterização dos próprios sinais heráldicos. João Rodrigues de Sá de Meneses, senhor de Matosinhos e alcaide-mor do Porto, foi autor de umas celebradas trovas heráldicas intituladas *Quarenta e nove quadrilhas aos braçoens das armas das famílias de Portugal*, que circularam manuscritas e foram também inseridas no *Cancioneiro* de Garcia de Resende, impresso em Lisboa por Hermão de Campos no ano de 1516. Nesta sua obra, o fidalgo humanista e erudito refere-se aos Castros, senhores de Cascais, enaltecendo-lhes a linhagem e descrevendo as suas armas em termos poéticos, mas assinalando também explicitamente a ligação aos seus dois núcleos senhoriais de Monsanto e Cascais:

“CASTROS

Os que nõ sofrem mais lastro
de nobreza fydalguia,
seys arruelas dyria
quazuis trazem os de Castro
em campo dargentaria.
E quem vir estes synaes,
sayba que com estes taes
vindos de bizcaya ha tanto,
agora tem caa Momsanto,
& a villa de Casquaes”²³

A D. Joana de Castro seguiu-se no senhorio de Cascais seu filho D. Pedro, terceiro conde de Monsanto, valido do rei D. Manuel I, de quem foi vedor da Fazenda, caçador-mor, coudel-mor e coureiro-mor. Nas terras do seu senhorio cascalense, instituiu D. Pedro mais uma fundação pia: a do convento de Santo António do Estoril. Sucederam-lhe no senhorio de Cascais seu filho D. Luís de Castro (a quem, todavia, não foi renovado o título condal) e seu neto D. António. Dois motivos fazem com que a memória deste D. António de Castro adquira especial relevância para Cascais.

22 SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1946-1954, tomo 6.º, 1.ª parte, pp. 202-212.

23 Apud SÃO PAYO, Conde de (D. António), *Cancioneiro d'Armaria*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1929, p. 35; veja-se também BORGES, José G. Calvão, “O Cancioneiro de Armaria e «El Armorial Versificado»”, *Genealogia & Heráldica*, n.º 2, 1999, pp. 7-40.

O primeiro reside na sua decisão de erguer na vila amplos paços, onde residiu. O segundo consiste no papel primordial que ele desempenhou, em 1580, na tomada de Lisboa pelo duque de Alba: como senhor de Cascais, a sua adesão à causa de Filipe II foi determinante para que aí pudesse arribar a esquadra espanhola, cujas tropas desembarcaram na vila não obstante a defesa oposta pelo governador da respectiva fortaleza, D. Diogo de Meneses²⁴. Filipe II recompensou o apoio de D. António de Castro renovando nele o título de conde de Monsanto e indicando-o para a função de alferes-mor na cerimónia da sua aclamação portuguesa, ocorrida em Tomar em 1581.

A decisão de edificar uma construção palaciana na vila de Cascais pode espantar à partida. Com efeito, D. António herdara em Lisboa o palácio fundado pelos seus antepassados ao Borratém, no qual, como se viu, se uniam a grandeza da edificação com o prestígio decorrente da sua vetustez. Porquê investir, então, num novo palácio tão próximo da capital? No episódio do desembarque do duque de Alba, evidenciara-se como Cascais se tornara num porto estratégico essencial para a defesa da barra do Tejo. Ao edificar uma ampla residência em Cascais, D. António vincava deste modo que detinha o senhorio de uma vila de relevância geral para o reino – o que contribuía para salientar a sua importância pessoal no quadro da alta nobreza portuguesa. Mas também se pode situar a decisão do conde de Monsanto num movimento cultural coevo: a nobreza de corte detinha amplas propriedades nas imediações da capital, nas quais erigia residências secundárias que funcionavam quer como centros de produção agrícola, quer como estâncias de lazer²⁵. Os aspectos funcionais de tais casas de campo conjugavam-se assim com os ideais e as práticas de ócio próprios da nobreza de corte. [Fig. 6]

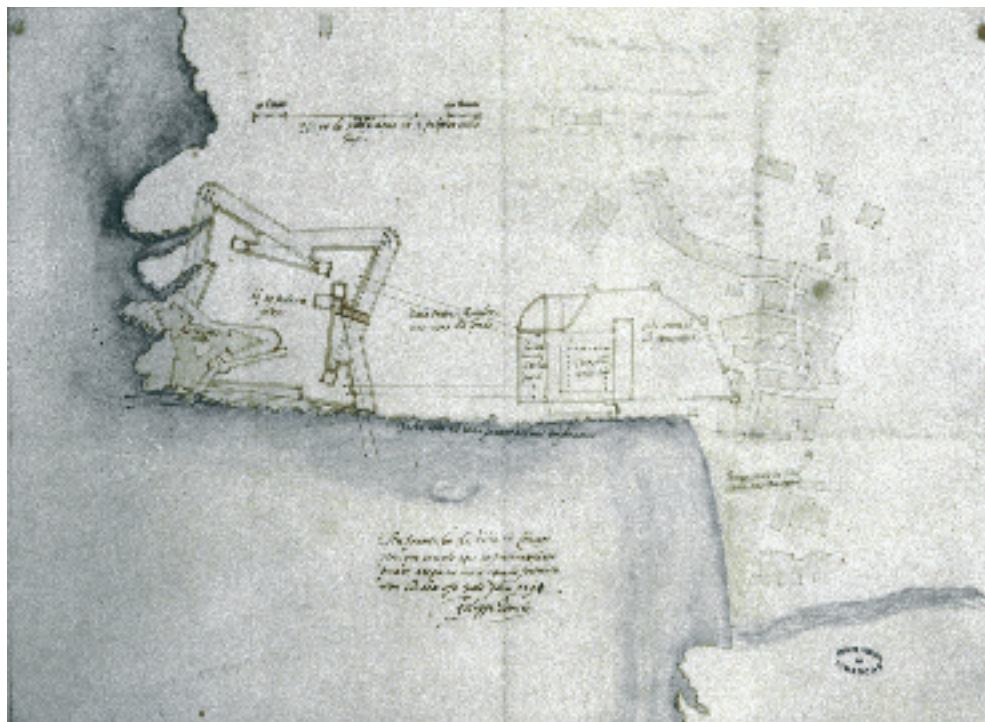
Os paços edificados em Cascais por D. António de Castro não deslustravam tais desígnios: “Com a entrada principal voltada a norte, avultava o solar no grandioso conjunto do portão acastelado, do amplo pátio interior, das escadarias, das varandas, das janelas recortadas, sobre colunas, dos terraços, da capela, que constituíam a opulenta vivenda”²⁶. Situavam-se, como não podia deixar de ser, nas imediações do castelo, de maneira a vincar a secular ligação dos senhores da vila ao antigo cargo de alcaide-mor dela, porém numa quota ligeiramente mais elevada, a caminho da cidadela. Tal posição sobranceira e desafogada permitia realçar o aspecto simbólico de domínio sobre a vila. Aspecto outrossim reforçado pela amplitude da edificação, ainda para mais numa povoação em que escasseavam outras casas nobres. Os paços dos marqueses de Cascais foram muito danificados pelo terramoto de 1755. Como assinala o pároco de Nossa Senhora da Assunção na sua resposta ao inquérito que ficou conhecido pelo nome de *Memórias Paroquiais*, “O Palacio dos Marquezes de Cascaes que era de huma excelente prespetiva, e de exquisitas pinturas, com huma bella Ermida desconhece-se tudo pelo que foi, e já não hé”²⁷.

24 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., pp. 101-108.

25 Cfr. CARITA, Helder, *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*, Lisboa, Leya, 2015, pp. 182-192.

26 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., p.162.

27 CARVALHO, *Cascais em 1755...*, cit., p. 176.



6 – Planta anónima de 1594 da vila de Cascais, Archivo General de Simancas [AIM/AADL/CMC/R/E/007/005]

Circunstâncias genealógicas adiante mencionadas fizeram com que não se programasse a sua reedificação. Ficaram, por isso, em estado de ruína por tempo dilatado, permitindo que nos seus terrenos se fossem edificando construções diversas ou abrindo vias de comunicação durante o século XIX. Na segunda metade deste século ainda restavam, contudo, vestígios consideráveis da edificação²⁸. O seu último detentor por herança familiar, D. Domingos Vasco Xavier Pio Teles da Gama Castro e Noronha Ataíde Silveira e Sousa, nono marquês de Nisa, acabou por vender o que dele restava a José Carlos Mardel. A partir de então, as ruínas do velho palácio passaram por dois outros proprietários – José Maria Eugénio de Almeida, primeiro conde de Vilalva; Sebastião Pinto Leite, primeiro visconde de Gandarinha e conde de Penha Longa – até terminar nas mãos de Artur Porto de Melo e Faro, primeiro conde de Monte Real, que mandou arrasar o que sobrava e construiu no local uma casa nova, como adiante se verá.

Não pode haver dúvida de que os paços cascalenses dos condes de Monsanto estariam profusamente ornados com a heráldica dos seus senhores. Tal era o costume da época: abundavam nas casas nobres todo o tipo de decorações e de objectos armoriais²⁹; e, naturalmente, não poderia faltar uma imponente pedra de armas colocada em

28 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., p. 125.

29 SEIXAS, Miguel Metelo de, “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”, in MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder; MALTA, Marize (coord.), *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*, Lisboa – Rio de Janeiro, Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa; Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.

local de destaque – muito provavelmente sobre o portal de acesso ou sobre a varanda que se abria na fachada. Na realidade, Pinho Leal fornece a este respeito um testemunho directo, datável de 1874: “Na muralha ainda se vê o braço d’estes Castros; são: 6 arruelas azues em campo de prata. Estas armas foram feitas e alli colocadas em 1598, pelo mestre Pinto, segundo uma inscrição inferior”³⁰. A pedra desapareceu, entretanto. Os autores posteriores deixaram de se lhe referir, a não ser por intermédio do testemunho facultado pelo autor do *Portugal Antigo e Moderno*.

Recentemente, porém, foi redescoberta no palácio da cidadela uma pedra de avultadas dimensões com um escudo de ponta redonda em que se inscrevem as armas plenas dos Castros de seis arruelas, assente sobre uma cartela de volutas ao gosto tardo-quincentista, exibindo na parte inferior a legenda “PINTVS 1598 FACIEBAT”, hoje colocada no núcleo museológico dos paços do concelho. Segundo informações constantes da ficha de inventário, “a deslocação deste exemplar para o espaço do Palácio da Cidadela de Cascais deve-se ao Capitão Francisco Teixeira que, em 1915, com este exemplar, iniciou a compilação de um conjunto de espólios com os quais pretendia efectuar um Museu sobre esta região. Deste facto deu-nos conhecimento o arqueólogo Guilherme Cardoso, em notícia publicada no *Jornal da Costa do Sol* em 27 de Maio de 2007”³¹. [Fig. 7]

Ora, conserva-se no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, uma pedra exactamente igual a esta, inclusive na assinatura do artífice e datação³². Tudo leva a crer, portanto, que os paços lisboeta e cascalense tivessem sido ornados em simultâneo com duas pedras irmãs³³. Um factor adicional pode reforçar tal conclusão: o desmantelamento



7 – Pedra de armas do paço dos marqueses de Cascais nesta vila [AHMCS/AESP/CNM/6021]

30 LEAL, *Portugal Antigo e Moderno...*, cit., vol. II, p. 152.

31 Ficha de inventário PCID.01.09, cuja consulta me foi gentilmente autorizada por João Miguel Henriques.

32 PINTO, Segismundo; OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de, “Peças de Interesse Heráldico”, in ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.), *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, p. 406.

33 Claro que esta identificação se deduz apenas dos argumentos apresentados, ficando a faltar uma prova documental, a qual, contudo, não foi até ao presente possível descobrir. Na verdade, a colecção de pedras de armas do Museu do Carmo, notável em diversos sentidos, carece de um inventário realizado na época da sua constituição, pelo que grande parte das peças apenas pode ser identificada com base em argumentos não-documentais. Já Afonso de Dornelas assinalava tal facto em 1932: “Desde o estabelecimento do Museu Archeologico nas ruínas da Igreja do Carmo que por diferentes meios se tem obtido a já grande colecção de peças brasonadas. De principio não houve ideia de registar a origem das peças, de maneira que difficil é o poder hoje reconstituir essas origens”. DORNELAS, Afonso de, “A heráldica no Museu do Carmo”, in *História e Genealogia*, Lisboa, Livraria Féris, 1932, vol. I. Não se pode afastar liminarmente a hipótese de a pedra lisboeta ter sido empregada no castelo desta cidade, ainda que pareça menos provável. Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de, “Heráldica no castelo de São Jorge”..., pp. 89-120.



8 – Pedra de armas do paço dos marqueses de Cascais em Ançã | Fotografia de António de Melo Fernandes



9 – Outra pedra de armas do paço dos marqueses de Cascais em Ançã | Fotografia de António de Melo Fernandes

dos restos dos paços cascalenses coincide com a época de dinamização da coleção museográfica da Real Associação dos Archeólogos Portuguezes na sua sede do antigo convento do Carmo. Dirigida por Possidónio da Silva, contando com a colaboração empenhada de diversos outros estudiosos, tal associação foi a propulsora da “cruzada pelo património”, com a ideia de não deixar que o património histórico português fosse desbaratado pelo crescimento urbano intenso que então se vivia³⁴. A remoção da pedra de armas de Lisboa para o Museu do Carmo permitiria, assim, a sua conservação, ainda que deslocalizada; quanto à outra pedra de armas idêntica, permaneceria provavelmente em Cascais, sendo removida para a cidadela, como se viu, apenas em 1915.

Para reforçar as identificações propostas, resta averiguar se sobram outras fontes coevas dos usos heráldicos dos condes de Monsanto. Na verdade, conhecemo-los por diversas vias. Nos paços que estes mesmos senhores possuíam na vila de Ançã, sobreviveram duas pedras de armas que mostram um escudo de ponta redonda com as armas plenas de Castros, um deles encimado por coronel de marquês, o outro encimado por coronel, entretanto deteriorado, mas de feição análoga, assentes ambos sobre uma cartela de volutas similar à do exemplar do Carmo. [Fig. 8 e Fig. 9] Também

34 Cfr. MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e o Elogio da Memória. 1806-1896. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003.

se conhecem fontes sigilográficas: guarda-se no Arquivo da Universidade de Coimbra um selo de D. Álvaro Pires de Castro, primeiro marquês de Cascais, com escudo igualmente de ponta redonda com as armas plenas de Castro encimadas por coronel de conde e assentes sobre idêntica cartela³⁵. As homogeneidades formais entre todos estes exemplares vêm, assim, fortalecer a identificação quer da pedra hoje exibida no núcleo museológico da Câmara Municipal de Cascais, quer da pedra de armas do Museu do Carmo, como provenientes dos palácios cascalense e lisboeta destes Castros. [Fig. 10]

Permaneceram estes paços na posse da Casa até à sua extinção. Os sucessivos senhores de Cascais usavam-nos provavelmente como principal habitação secundária, em complemento ao histórico palácio lisboeta: para tanto continuavam a concorrer a sumptuosidade da edificação, a sua situação estratégica e a sua proximidade em relação à capital do reino, sede de uma corte que, abandonando o velho modelo itinerante, se movia em círculos cada vez mais reduzidos em redor de Lisboa. Passadas duas gerações, outro privilégio veio confirmar a importância de que Cascais se revestia para a Casa de Monsanto.

A D. António de Castro havia sucedido seu filho D. Luís, quinto conde; e a este sucedeu por sua vez seu filho D. Álvaro Pires de Castro em 1612. Na aventura da Restauração da independência portuguesa em 1640, este sexto conde de Monsanto seguiu sem vacilar o partido do duque de Bragança. Foi-lhe confiada pelo rei D. João IV uma das missões diplomáticas mais honrosas e importantes: serviu de embaixador junto da corte de França quando da morte do rei Luís XIII e advento de seu filho menor Luís XIV. Para este efeito, recebeu D. Álvaro um acrescentamento significativo na sua dignidade nobiliárquica: foi nomeado primeiro marquês de Cascais. A escolha deste título revela como, na economia simbólica da Casa de Monsanto, a vila de Cascais desempenhava papel central. Para o qual certamente contribuía a presença dos respectivos paços, bem como a proximidade da capela sepulcral da Penha Longa. Por ironia do destino, este primeiro marquês de Cascais viu-se obrigado a passar a última parte da sua vida longe da sede do recém-criado marquesado. Tendo permanecido fiel ao rei D. Afonso VI, D. Álvaro foi desterrado



10 – Selo de D. Álvaro Pires de Castro, primeiro marquês de Cascais | Arquivo da Universidade de Coimbra, cortesia de Ana Leitão Bandeira

35 O selo encontra-se apenas a uma carta de apresentação do licenciado João Rodrigues da Costa para prior da igreja de S. Julião de Portunhos, do bispado de Coimbra, por parte do marquês de Cascais, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, de cuja igreja era padroeiro perpétuo. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Câmara Eclesiástica de Coimbra (SC); Colações (SR)*, III-1.ºD-6-2. Devo esta informação e a cedência da respectiva imagem à gentileza de Ana Maria Leitão Bandeira, directora do Arquivo da Universidade de Coimbra, a quem agradeço.

pelo príncipe-regente D. Pedro para as suas terras de Ançã. Daí as obras que fez nos paços desta vila e a existência das duas pedras de armas acima citadas...

A Casa que a partir de então se nomeava de Cascais durou, porém, pouco mais de um século. Sucederam nela o segundo marquês, D. Luís Álvaro Pires de Castro Ataíde de Noronha e Sousa, filho do anterior; depois seu filho D. Manuel José de Castro Noronha Ataíde e Sousa, terceiro marquês; e por fim o filho deste, D. Luís José Tomás de Castro Noronha Ataíde e Sousa, quarto marquês, que foi também, entre outras dignidades, décimo-primeiro conde de Monsanto, e faleceu sem geração legítima. O rei D. João V permitiu então que lhe sucedesse na Casa sua irmã, D. Maria Josefa da Graça de Noronha e Castro, que era casada com D. Francisco Xavier Rafael de Meneses, segundo marquês de Louriçal. Faleceu esta senhora no próprio dia do terremoto que tanto destruiu Lisboa e Cascais, a 1 de Novembro de 1755, deixando apenas uma filha. Ferreira de Andrade traça, a este respeito, um paralelo trágico: com o desmoronar do burgo em breve igualmente desapareceria, na linha directa da sua descendência, a Casa dos Senhores de Cascais³⁶. Com efeito, a única filha do casal anterior, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, morreu em 1762 sem descendência, jazendo sepultada no convento de São Francisco de Tavira. Com esta morte, todos os bens da Casa foram incorporados na Coroa, ficando o concelho de Cascais, portanto, separado desde então da Casa donatária da vila.

O longo périplo histórico que se efectuou permite, assim, compreender e valorizar a presença da singela pedra de armas que se conserva nos restos do castelo de Cascais, indício e sombra de uma grandeza pretérita.

Mais fácil será entender a presença, actualmente sobre o escudo dos Castros, da esfera armilar. Esta é, certamente, a mais conhecida empresa que houve em Portugal, aquela cuja divulgação foi extrema ao ponto de se confundir com os símbolos nacionais ou mesmo fazer parte deles, como hoje sucede³⁷. A sua origem é peculiar, na medida em que se trata de uma empresa doada por D. João II a seu primo e cunhado D. Manuel, facto esse muito invulgar porque as empresas – precisamente por exprimirem uma ideia ou uma tenção mera e profundamente pessoal – são por norma adoptadas pelos seus próprios utentes³⁸.

Com efeito, na capitulação das terçarias, tinha ficado acordado que o senhor D. Manuel, como então era tratado³⁹, se conservasse em Castela. Afirmou o cronista Rui de Pina que “ElRey [D. João II] pera comprimento disso, ho ano passado lhe ordenou, e deu casa honrada, e comprida de seus proprios moradores, e por Ayo Diego da Silva de Meneses, que depois foy Conde de Portalegre, homem por certo de nobre sangue, prudente, de bõ siso, e são conselho, catolico, verdadeiro, e bõ Cavaleiro; e lhe deu por devisa hua Esfera, que he a figura dos Ceeos, e da Terra, em

36 ANDRADE, *Cascais vila de corte...*, cit., p. 245.

37 SEIXAS, Miguel Metelo de, *Quinas e castelos. Sinais de Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, pp. 47-49.

38 Para um entendimento geral da comunicação visual de D. Manuel I, consulte-se SEIXAS, Miguel Metelo de, “A emblemática manuelina, instrumento de comunicação política”, in CAETANO, Joaquim Oliveira; AZEVEDO, Rosa; LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), *Vi o Reino renovar. Arte no tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2021, pp. 62-75.

39 O tratamento de *Senhor Dom* era próprio dos filhos de infantes.

que como per verdadeira profecia lhe deu a certa esperança de sua legitima, e Real Soçessam, como ao diante se seguio”⁴⁰.

Este autor assinalou, portanto, a ocasião em que, corria o ano de 1483, D. João II deu a D. Manuel a esfera como empresa; explicou o que era essa esfera – uma representação do mundo celeste com a Terra no centro –, embora não revelasse o seu simbolismo; e relacionou essa empresa com a esperança de D. Manuel em vir a suceder na Coroa, também sem explicar cabalmente porquê.

Será interessante cotejarmos este texto com o de outro biógrafo do *Príncipe Perfeito*, o seu fidelíssimo Garcia de Resende. A sua versão deste episódio assemelha-se quase literalmente à citação anterior, mas varia a partir da explicação da esfera: “E então lhe deu ElRey por diuisa a Espera, cousa que pareceo de mysterio, e profecia, porque lhe deu a Esperança de sua Real soçessão, como ao diante se seguio, auendo então muytas pessoas viuas, que antes delle erão herdeyros, os quaes todos depois fallecerão, para elle vir herdar”⁴¹. Deste trecho se infere a explicação da relação, já assinalada por Rui de Pina, entre a esfera e a esperança de reinar: as grafias quatrocentistas comuns eram *Espera*, *Esphera*, *Sphera* ou ainda *Spera*; o que, pelo espírito analógico que caracterizou esta época, se relacionou justamente com a forma verbal *Espera*.

Observa-se, por outro lado, que Garcia de Resende não deixou de lançar algumas dúvidas sobre a forma como D. Manuel chegou ao poder. Com efeito, no supracitado texto o mais importante não é o dito, mas o *não-dito*. Ao passo que Rui de Pina se limitou a aludir à esperança de legítima e real sucessão, Resende insistiu em referir a existência de muitos predecessores de D. Manuel na linha de herança, vincando bem que só a morte de todos eles permitiu ao duque de Beja⁴² tornar-se rei. Não será mesmo gratuita a forma como o cronista exprimiu esta ideia, classificando a sucessão de “mysterio” (o que supõe que existe alguma coisa menos transparente ou mesmo encoberta, escondida); e chegando ao ponto desta alusão, de sentido mais do que dúbio, de que “todos depois fallecerão, para elle vir herdar”.

De qualquer modo, temos aqui dois níveis interpretativos da esfera: trata-se antes de mais, e num nível de compreensão acessível a todos, da representação dos corpos celestes; mas para além deste significado simples, a esfera armilar possui um determinado simbolismo que estará na origem da sua escolha por D. João II e da sua divulgação por D. Manuel mesmo depois da morte do rei seu primo. Existirão

40 PINA, Rui de, *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão, 1977, p. 924 (cap. XIV).

41 RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp. 70-71 (cap. XLVII).

42 O senhor D. Manuel recebeu este título logo após o assassinato de seu irmão, o duque de Viseu, por D. João II, como relata Rui de Pina: “Mandou logo ElRey chamar, e vyr perante sy ho Senhor Dom Manuel, que entam jazia doente, e com elle Diego da Silva seu Ayo, a quem em sustancia disse: *Que elle tynha morto o Duque seu irmaão, porque o quisera matar; e como quer que todalas cousas que elle em sua vida tynha, ficassem por sua morte livremente a sua Coroa; porem que de todas dali em diante lhe fazia pura doaçam pera sempre, porque Deus sabia, que elle ho amava como a proprio filho; pera prova do que lhe dizia, que se o Principe seu filho falecesse, e elle não tivesse outro filho legitimo que ho socedesse, que daquella hora pera entam ho avia por seu filho, e herdeiro de todos seus Regnos, e Senhorios*. E isto d’hua parte, e da outra foy dicto, e ouvido com muito espanto, e nam sem muitas lagrimas, e door, e com louvada acusaçam que ElRey de sy mesmo fez; atribuindo tamanhas desventuras em alguã maneira a seus pecados. E o Senhor Dom Manuel, poz os gíolhos em terra, e sem longa resposta lhe beijou as mãos. E ElRey trocoulhe o titolo do Duque de Viseu, porque se nõ intitolasse como seu irmão, e ouve por melhor que se intolasse Duque de Beja, e Senhor de Viseu, como d’hi em diante fez”. PINA, *Crónicas...*, cit., p. 930 (cap. XVIII).

também, dentro deste nível de interpretação da esfera, dois propósitos: o original, ou seja, aquele que D. João II tinha em mente ao conceder a empresa a seu primo, e que não nos é explicitamente referido pelos cronistas coevos (embora se possa considerar que fosse o sentido de *espera* apontado por Resende); e o segundo, o sentido que a empresa assumiu para D. Manuel e que, certamente, estava ligado à esperança de vir a reinar, como explicam abertamente ambos os cronistas.

Certo é que D. Manuel sempre privilegiou a sua empresa e lhe deu lugar de destaque nas obras por ele patrocinadas, mesmo enquanto duque. Como tal, aparece já a esfera armilar na lápide da fundação da igreja de Santiago de Soure, comenda da Ordem de Cristo de que D. Manuel era governador. Esta primeira esfera, datada de Agosto de 1490 pela inscrição que a acompanha, incisa em calcário, possui características mais toscas ou menos estilizadas do que as suas congéneres posteriores; é, nesse sentido, uma primeira manifestação de um símbolo que se irá repetir exaustivamente no reinado do *Venturoso*⁴³. No centro dos seus domínios enquanto duque de Beja, D. Manuel fez uso reiterado da esfera; vejamos, por exemplo, os vestígios dos paços e do vizinho convento de Nossa Senhora da Conceição fundados por seus pais naquela cidade, hoje transformados no museu regional.

Assim que chegou ao poder, D. Manuel I lançou-se numa série de empreendimentos destinados a enaltecer o soberano que a Providência havia alçado ao trono. Em todas as obras manuelinas, a heráldica ocupa um lugar especial. Como príncipe do Renascimento, D. Manuel I pôs a heráldica ao serviço da propaganda régia com uma intensidade inédita: a tríade das suas insígnias – armas reais, esfera armilar e cruz da Ordem de Cristo – foi divulgada por todo o país. O fenómeno de difusão exaustiva destes símbolos abarcou diversificados campos: desde a arquitectura⁴⁴ à pintura (recorde-se a esplêndida sala das armas do paço de Sintra)⁴⁵, passando pela numismática⁴⁶, pela cartografia⁴⁷ ou pela ourivesaria⁴⁸ e, claro, pela iluminura. Na *Leitura Nova*, onde está patente a reorganização jurídica do reino, os frontispícios

43 Veja-se a reprodução e transcrição da lápide em *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a Comenda de Soure – V Centenário da Subida ao Trono de D. Manuel*, Soure: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses / Câmara Municipal de Soure, 1996, p. 75.

44 Veja-se PEREIRA, Paulo, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei: Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Coimbra: Instituto de História da Arte / Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, 1990; e PEREIRA, Paulo, “A conjuntura artística e as mudanças de gosto”, in MATTOSO, José (Direcção), *História de Portugal*, s.l.: Círculo de Leitores, [1993], vol. III, pp. 423-467. A influência da heráldica na arte manuelina encontra-se estudada em SILVA, José Custódio Vieira da, “A importância da Genealogia e da Heráldica na representação artística manuelina”, in *O fascínio do fim – Viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 131-151.

45 SEIXAS, Miguel Metelo de; HILTMANN, Torsten, “The *Sala dos Brasões* of the Sintra Palace and Heraldry in Medieval and Early Modern State Rooms: Historiographical Issues, Open Questions, Methodological Reflection”, in HILTMANN, Torsten; SEIXAS, Miguel Metelo de (ed.), *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms*, Ostfildern, Thorbecke, 2020, pp. 7-20.

46 SEIXAS, Miguel Metelo de, “Héraldique et inscriptions dans les monnaies portugaises de la dynastie d’Avis de Jean 1^{er} à Manuel 1^{er} (1385-1521)”, in LOSKOUTOFF, Yvan (coord.), *Héraldique et Numismatique III – Moyen Âge – Temps Modernes*, Le Havre, Presses Universitaires de Rouen et du Havre, 2015, pp. 89-103.

47 AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Dos brasões e das bandeiras em antigos mapas portugueses”, in *Rotas da Terra e do Mar*, Lisboa, Diário de Notícias, 1994-1995, pp. 555-564.

48 Lembremos a célebre *custódia de Belém* cujo nó de articulação da base com o corpo superior compreende nada menos que seis esferas armilares. Cfr. BIMBENET-PRIVAT, *A Custódia de Belém: 500 Anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga / Instituto dos Museus e da Conservação, 2010.

apresentam a particularidade de possuir um tema comum e único, repetido quarenta e três vezes, como nota Sylvie Deswarte: “La constance même de ce thème est l’indice du poids de sa signification. (...) Traduisant le désir de centralisation du monarque, cette série de livres est pourvue en chacun de ses volumes (ou presque) d’une sorte d’étendart triomphal aux armes et à l’emblème royaux”⁴⁹. Note-se bem que em nenhum frontispício as armas reais figuram na ausência da empresa de D. Manuel I, o que não deixa de denotar uma intensa e constante vontade de afirmação de um poder *régio e pessoal*.

A divulgação da esfera armilar em estreita relação com o prestígio régio terá levado à sua manutenção, como empresa, pelo sucessor de D. Manuel I, seu filho D. João III, embora com a alma modificada para *Spes Mea in Deo Meo*, com as cores verde e branca. Da mesma forma, uma sua outra filha, a infanta D. Beatriz, duquesa de Sabóia por casamento, fez uso da mesma insígnia⁵⁰, que se deve, portanto, considerar como uma das raríssimas empresas existentes em Portugal a serem transmitidas dentro de uma família. Além deste carácter hereditário, a extraordinária difusão da esfera armilar acabou mesmo por transformá-la numa marca da presença portuguesa no ultramar e, mais tarde, num símbolo estatal. Com efeito, a esfera aparece, já no reinado de D. Manuel I, quer como principal elemento das bandeiras de navegação portuguesas, quer como figuração na numária emitida no Oriente. Com D. João III, esta situação manteve-se, uma vez que este continuou a usar a esfera como empresa pessoal. Dom Sebastião, porém, escolheu para sua empresa um feixe de setas amarradas e por vezes coroadas (em alusão ao mártir seu patrono), pelo que a perpetuação da presença da esfera – como é o caso dos *dinheiros* e dos *soldos* cunhados em Malaca⁵¹, bem como das referidas bandeiras de navegação – permite-nos concluir que a mesma era então utilizada como um verdadeiro símbolo estatal e já não como mera insígnia pessoal do rei.

Vai longo o excuro sobre a primeira pedra encontrada no inventário heráldico cascalense, assim constituída pela heráldica dos senhores desta vila e pela empresa do rei. Justifica-se, porém, tal extensão: como já assinalava no dealbar do século XX Alberto Pimentel⁵², esta foi uma das raras pedras que lograram sobreviver à acção conjunta da catástrofe natural setecentista e da fúria demolidora dos “melhoramentos” dos dois séculos seguintes. E felizmente que se conservou, pelo menos, esta modesta pedra: ela evoca um período dilatado em que Cascais foi senhorio de uma das mais prestigiosas Casas nobres do reino, que aqui teve seus paços. Mas, sendo de longe o mais relevante do ponto de vista simbólico, este não é o único exemplar heráldico que se conserva em Cascais de épocas anteriores à monarquia liberal.

49 DESWARTÉ, Sylvie, *Les enluminures de la Leitura Nova: études sur la culture artistique au Portugal au temps de l’Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1977, pp. 53-54. Veja-se também ALVES, Ana Maria, *Iconologia do Poder Real no período manuelino: à procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

50 TRIGUEIROS, António Manuel, “Medalhas e Moedas”, in *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Casa dos Bicos – Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, p. 184.

51 TRIGUEIROS, “Medalhas e Moedas...”, cit., pp. 216-217.

52 PIMENTEL, *Cascaes...*, cit., pp. 30-31.